


**VIOLÊNCIA DE GÊNERO E PERCEPÇÃO DE SEGURANÇA NO ESPAÇO ACADÊMICO:
UM ESTUDO COM DISCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ**

**GENDER VIOLENCE AND PERCEPTION OF SAFETY IN THE ACADEMIC
ENVIRONMENT: A STUDY WITH STUDENTS FROM THE STATE UNIVERSITY OF
PIAUÍ**

**VIOLENCIA DE GÉNERO Y PERCEPCIÓN DE SEGURIDAD EN EL ESPACIO
ACADÉMICO: UN ESTUDIO CON ALUMNOS DE LA UNIVERSIDAD ESTATAL DE
PIAUÍ**

 <https://doi.org/10.56238/arev8n1-132>

Data de submissão: 01/01/2026

Data de publicação: 01/02/2026

Malena Araújo Alves de Lima

Mestra em Psicologia

Instituição: Universidade Federal do Piauí (UFPI)

E-mail: malenassp.dds@gmail.com

Orcid: 0000-0002-0436-5096

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0566010612338829>

João Marcelo Brasileiro de Aguiar

Mestre em Sociologia

Instituição: Universidade Federal do Piauí (UFPI)

E-mail: joaomarcelobrasileiro@gmail.com

Orcid: 0000-0001-6895-6357

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1227681675847446>

Evandro Alberto de Sousa

Doutor em Serviço Social

Instituição: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

E-mail: profevandro@uespi.br

Orcid: 0000-0002-5477-8091

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4492012765802213>

Vitória Antão de Carvalho Rosa

Bacharel e Licenciada em Psicologia

Instituição: Universidade Estadual do Piauí (UESPI)

E-mail: psicologa.antaorosa@gmail.com

Orcid: 0009-0003-2196-6779

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5953333449261182>

Brenda Alves de Carvalho

Bacharel em Serviço Social

Instituição: Universidade Federal do Piauí (UFPI)

E-mail: brendaacvl@gmail.com

Orcid: 0009-0007-1700-5202

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6808876843505929>

Maria Elizete de Lima Silva Segunda

Bacharel em Direito

Instituição: Universidade Estadual do Piauí (UESPI)

E-mail: coronelelizete@gmail.com

Orcid: 0009-0004-8294-3586

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5372521020179815>

Jayane Maria Ferreira Carvalho

Bacharel em Serviço Social

Instituição: Universidade Federal do Piauí (UFPI)

E-mail: jayanemariaferreira@outlook.com

Orcid: 0000-0003-4953-5340

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3889113282832273>

RESUMO

Essa pesquisa tem como objetivo compreender a percepção de segurança dos discentes da Universidade Estadual do Piauí sobre o fenômeno da violência de gênero contra as mulheres no contexto acadêmico. O estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa exploratória com abordagem quantitativa e qualitativa, na perspectiva de produção de conhecimento crítico-reflexivo. Utilizou-se questionário eletrônico disponibilizado em link nas redes sociais da UESPI, além de enviado ao e-mail institucional dos alunos com matrícula ativa, e obteve 1.024 respostas de todos os *campi*, que atualmente conta com 12 (doze) em todo o Estado. Os resultados encontrados permitiram analisar o pouco reconhecimento de violências de gênero contra as mulheres no contexto universitário, a falta de segurança pública e policiamento em áreas ao redor dos *campis* aumentando a sensação de medo nos discentes, os banheiros e sala de aula como principais lugares de receio a sofrerem algum tipo de violência, bem como a falta de mais ações educativas e de treinamento em gênero para toda comunidade acadêmica que colabore para a prevenção de casos de assédio. Como achado, destaca-se o papel importante e continuidade do trabalho do Núcleo de Enfrentamento à Violência contra a Mulher - NEVIM para que a universidade cumpra seu papel de promoção da igualdade de gênero e enfrentamento da violência.

Palavras-chave: Violência de Gênero Contra as Mulheres. Universidade. Núcleo de Enfrentamento. Segurança Pública.

ABSTRACT

This research aims to understand the perception of safety of students at the State University of Piauí regarding the phenomenon of gender-based violence against women in the academic context. The study was conducted through exploratory research with a quantitative and qualitative approach, from the perspective of producing critical-reflective knowledge. An electronic questionnaire was used, made available via a link on UESPI's social media, as well as sent to the institutional email of students with active enrollment, and it received 1,024 responses from all campuses, which currently total 12 throughout the State. The results found allowed for the analysis of the limited recognition of gender-based violence against women in the university context, the lack of public safety and policing in areas surrounding the campuses, which increases students' sense of fear, bathrooms and classrooms as the main places where they fear experiencing some type of violence, as well as the lack of more educational and training actions on gender for the entire academic community that contribute to the prevention of harassment cases. As a finding, the important role and continuity of the work of the Center for Combating Violence against Women - NEVIM stand out, so that the university fulfills its role in promoting gender equality and combating violence.

Keywords: Gender-Based Violence Against Women. University. Combating Center. Public Safety.

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo comprender la percepción de seguridad de los estudiantes de la Universidad Estatal de Piauí sobre el fenómeno de la violencia de género contra las mujeres en el contexto académico. El estudio se desarrolló mediante una investigación exploratoria con enfoque cuantitativo y cualitativo, desde la perspectiva de producción de conocimiento crítico-reflexivo. Se utilizó un cuestionario electrónico disponible mediante un enlace en las redes sociales de la UESPI, además de enviarse al correo electrónico institucional de los estudiantes con matrícula activa, obteniendo 1.024 respuestas de todos los campus, que actualmente son 12 (doce) en todo el Estado. Los resultados encontrados permitieron analizar el escaso reconocimiento de las violencias de género contra las mujeres en el contexto universitario, la falta de seguridad pública y de patrullaje en áreas alrededor de los campus, lo que aumenta la sensación de miedo entre los estudiantes, considerando los baños y las aulas como los principales lugares de temor a sufrir algún tipo de violencia, así como la falta de más acciones educativas y de capacitación en género para toda la comunidad académica que colaboren en la prevención de casos de acoso. Como hallazgo, se destaca el papel importante y la continuidad del trabajo del Núcleo de Enfrentamiento a la Violencia contra la Mujer - NEVIM para que la universidad cumpla su papel de promoción de la igualdad de género y afrontamiento de la violencia.

Palabras clave: Violencia de Género Contra las Mujeres. Universidad. Núcleo de Enfrentamiento. Seguridad Pública.

1 INTRODUÇÃO

A violência de gênero atravessa a sociedade brasileira e se manifesta em vários âmbitos, destacando-se também nas universidades. Dentre suas diferentes manifestações nos contextos universitários, as mais frequentes são a violência psicológica e o assédio moral e/ou sexual; este último, geralmente cometido por professores homens em relação às alunas. As manifestações mais frequentes de assédio sexual no ensino superior, apontadas pela literatura, são: olhares lascivos, insinuações, "brincadeiras" de caráter sexual, alusões a atributos físicos, mensagens (bilhetes, e-mails, whatsapp etc.) (Hernandez; Barraza, 2021). É muito comum que a assediada duvide de sua percepção e é frequente a reação de medo, paralisia e submissão ao assédio sofrido.

Por séculos, as universidades foram espaços exclusivamente masculinos, bem como vários foram os esforços da ciência moderna em oferecer disciplinas para justificar a exclusão das mulheres desses espaços de poder, construção de saberes e inovações tecnológicas. (Zanello; Richwin, 2022). Porém, se opondo a esta situação e em busca do prometido princípio de igualdade e equidade, desde 1970 com os movimentos sociais e feministas as mulheres vêm se empenhando em adentrar às portas do ensino superior e dos centros de pesquisa em várias partes do mundo.

Apesar de ser um problema social em remanescência no âmbito universitário é um tema ainda pouco pesquisado e debatido. Um dos poucos estudos realizados no Brasil, foi conduzido pelo Instituto Avon e Data Popular em 2015, revela que, em uma amostra de 1.823 estudantes universitários, 73 % dos homens e mulheres relataram que conheciam casos de assédio sexual na universidade; e 56% das mulheres relataram ter sofrido assédio sexual, bem como 26% reconheceram que cometeram algum tipo de assédio e violência contra as mulheres. Outro dado, diz respeito a desqualificação intelectual ou piadas ofensivas por ser mulher em que 62% reconhecem casos, 49% sofreram e 19% cometeram. (INSTITUTO AVON/DATA POPULAR, 2015)

Mesmo sendo uma ocorrência muito frequente no contexto acadêmico, como indica a pesquisa, essas violências permanecem, na maioria das vezes, ocultadas e marcadas pelo silenciamento. Para Zanello e Richwin (2022), as razões apontadas para isso são variadas e vão desde aspectos sociais/institucionais àquelas mais pessoais. Quanto mais implícita a violência, mais difícil é o dar-se conta de sua nocividade, sobretudo quando o assédio é cometido em uma linguagem aparentemente cortês. E, mais ainda, quando o assediador, além da posição de poder, é investido de afetos, como costumeiramente ocorre na relação aluna(o)-professor.

Em 28 de janeiro de 2023, o Estado do Piauí foi abalado por uma tragédia: o brutal assassinato da estudante de Jornalismo Janaína Bezerra, ocorrido dentro do campus da Universidade Federal do Piauí (UFPI), onde ela estudava. Conforme a Polícia Civil, a causa da morte de Janaína foi "asfixia

ocasionada pela luxação da região cervical, havendo compressão da medula”. Janaína foi estuprada e morta por Thiago Mayson da Silva Barbosa, estudante do mestrado em Matemática da UFPI. O caso teve vários atrasos no julgamento e o réu foi condenado pelos crimes de homicídio qualificado, por emprego de meio cruel, estupro de vulnerável, vilipêndio de cadáver e fraude processual, vários crimes, menos a qualificadora de feminicídio à época. (Romero, 2023)

Dois anos se passaram desde então, e pouco foi feito para a defesa da vida e segurança das mulheres dentro da Universidade Federal. Porém, no final do mesmo ano da ocorrência do crime, a Universidade Estadual do Piauí - UESPI sensível à pauta firmou Termo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Piauí - SSPPI para a instalação de um Núcleo de Enfrentamento à Violência contra a Mulher - NEVIM com o objetivo de garantir a saúde mental e segurança das mulheres no espaço público da Universidade através de atendimento psicossocial, acompanhamento e encaminhamento para a rede de proteção estadual e municipal, assim como qualificar a comunidade acadêmica, discentes, docentes, servidores em geral, na identificação das violências e garantia da proteção das vítimas no ambiente universitário. Para além do acolhimento técnico, também se tornou necessário para o Núcleo realizar pesquisa diagnóstica para o levantamento de demandas específicas das mulheres que embasaram no planejamento de ações focais do Núcleo, bem como a importância da continuidade desse serviço e da proposição de mais políticas institucionais acerca do tema.

Levando em consideração os dados e discussões até aqui apontados, o presente estudo é o resultado da pesquisa diagnóstica do Núcleo de Enfrentamento à Violência contra a Mulher - NEVIM/UESPI e tem como objetivo compreender a percepção dos discentes, homens e mulheres, da Universidade Estadual do Piauí sobre o fenômeno da violência de gênero contra as mulheres no contexto acadêmico. Principalmente no que diz respeito à identificação da violência, a sensação de segurança ou insegurança dentro da Universidade, bem como ao reconhecimento de propostas, políticas públicas e projetos existentes, dentro e fora da UESPI, que ajudam a enfrentar essas situações.

2 METODOLOGIA

O estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa exploratória com abordagem quantitativa e qualitativa, na perspectiva de produção de conhecimento crítico-reflexivo, acerca de um problema concreto da sociedade: a violência de gênero contra as mulheres.

Os dados coletados tiveram como critério de inclusão jovens universitários, homens e mulheres, que estivessem regularmente matriculados em cursos de graduação da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), em qualquer *campus* universitário, que atualmente conta com 12 (doze)

em todo o Estado nas cidades de Teresina, Parnaíba, Piripiri, Campo Maior, Picos, Oeiras, Floriano, São Raimundo Nonato, Uruçuí, Bom Jesus e Corrente. Utilizou-se questionário eletrônico disponibilizado em link nas redes sociais da UESPI, além de enviado ao e-mail institucional dos alunos, justifica-se essa escolha devido às diferentes localizações dos *campis* universitários, o que dificultaria o deslocamento para entrevistas.

O critério de inclusão do questionário diagnóstico ser para todos os alunos, homens e mulheres, justifica-se pela nossa tentativa qualitativa de: i) contemplar experiências e sensação de segurança de estudantes de todas as áreas e *campis* da Universidade; ii) se haviam passado por situações de violências e/ou assédios, mas também quem não possuindo experiência própria com tais situações, se reconheciam e identificavam acontecendo com outros e iii) conhecer o perfil e os marcadores sociais dos alunos relacionados à orientação sexual, identidade de gênero, idade, raça/ etnia dos estudantes.

O período de coleta dos dados foi de Março de 2024 a Setembro de 2024. Das 1.024 devolutivas, que consiste em 8,53% dos alunos ativos e matriculados regularmente na Universidade, foram utilizados 966 questionários para análise, pois 58 (cinquenta e oito) estavam duplicados ou triplicados, respostas pelo e-mail do mesmo aluno(a). O questionário, construído para aplicação nesta pesquisa, continha três partes, a primeira relacionada às informações que caracterizaram os entrevistados(as), a segunda, relacionada às perguntas objetivas relativas ao objeto do estudo, a percepção das violências contra as mulheres e segurança no contexto universitário, e a terceira, uma pergunta aberta e subjetiva para sugestões de enfrentamento em relação ao tema.

Quanto ao método de pesquisa, o estudo proposto é quali-quantitativo, este último de natureza universal descritivo. O estudo quantitativo utiliza registros numéricos e estatísticos, baseados na observação e mensuração (Brito; Junior, 2011). É descritivo, pois tem por objetivo descrever as características de determinado fenômeno (Triviños, 1987). O objeto de estudo foi a população dos respondentes do questionário acima mencionado.

Os dados alusivos às respostas foram tabulados no software Excel, do pacote do Microsoft Office 365 Home, onde foram devidamente ordenados e tratados, tendo sido os nomes dos respondentes substituídos por códigos. O resultado desse processo foi um segundo banco de dados onde cada linha corresponde às características de uma resposta, sendo que as respostas em duplicidade foram excluídas. A etapa seguinte foi a exportação dos dados para o Statistical Package for Social Science for Windows (SPSS), versão 2420, onde, com a recodificação de variáveis já existentes.

Na análise descritiva, calcularam-se as frequências das principais respostas, bem como procedeu-se a análise bivariada (construção de tabela de dupla entrada) das variáveis categóricas

nominais, buscando identificar associações entre elas. Para a análise das respostas não estruturadas, foi utilizada o software Iramuteq.

Nesse sentido, é importante destacar que a pesquisa não teve a pretensão de ser estatisticamente representativa do quadro complexo de violências contra estudantes existente na Universidade Estadual do Piauí. Contudo, objetivou ser uma dentre outras possíveis formas de delinear um retrato diagnóstico acerca do fenômeno da violência contra mulheres na instituição com o uso de abordagens quantitativa e qualitativa. Mais do que a necessidade de esboçar numericamente a realidade dos *campi*, o trabalho também se orientou no sentido da escuta das necessidades dos alunos acerca do tema na questão subjetiva. Nesse sentido, ao abordar de maneira sociológica um tema do cotidiano vivido, objetiva-se ser possível produzir subsídios para a sua melhor compreensão e, por consequência, para seu enfrentamento, no âmbito da política institucional.

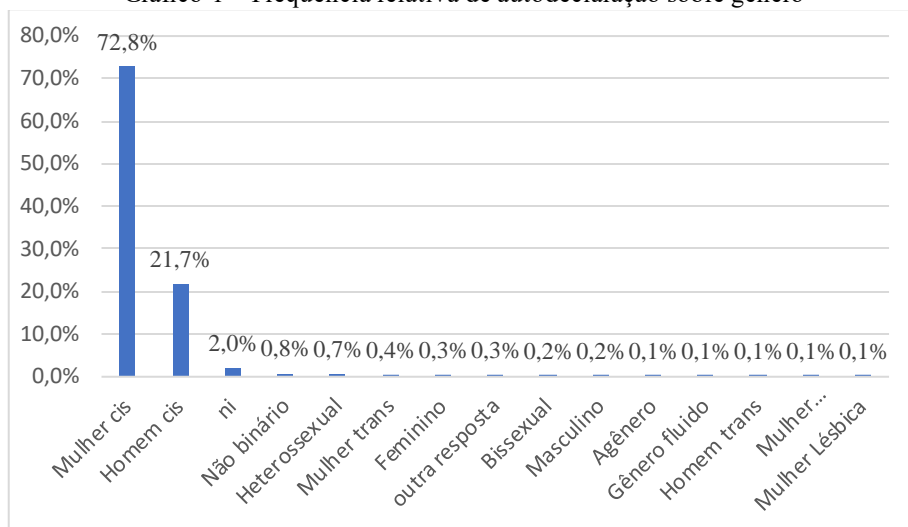
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise de conteúdo foi construída por meio de análise das respostas do questionário aplicado que continha 16 perguntas objetivas (múltipla escolha) e 1 (uma) subjetiva e relacionadas aos processos de violência contra a mulher com recorte no contexto universitário. Dessa forma, sendo considerado a coletividade e o caráter social das violências referidas pelas perguntas da realidade do fenômeno, delimitou-se então 4 categorias para análise: 1) Perfil Acadêmico, quem são e como se identificam os respondentes e onde estão situados geograficamente na Universidade; 2) Reconhecimento das violências e/ou situações vividas; 3) Sensação de Segurança e, 4) Pontos de Enfrentamento à violência.

3.1 PERFIL ACADÊMICO: QUEM SÃO E COMO SE IDENTIFICAM OS RESPONDENTES E ONDE ESTÃO SITUADOS GEOGRAFICAMENTE NA UNIVERSIDADE

A influência dos marcadores sociais na percepção de mundo e experiências vividas na vida das pessoas é notória, e por isso, a fim de compreender os resultados para além dos números é necessário conhecer o público de respondentes do formulário diagnóstico. Destaca-se que 72,8% dos estudantes que responderam ao formulário diagnóstico são mulheres cis e 21,7% são homens cis, seguido por 0,8% que se identificam como não binário e 0,4% são mulheres trans. Como podemos observar no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Frequência relativa de autodeclaração sobre gênero



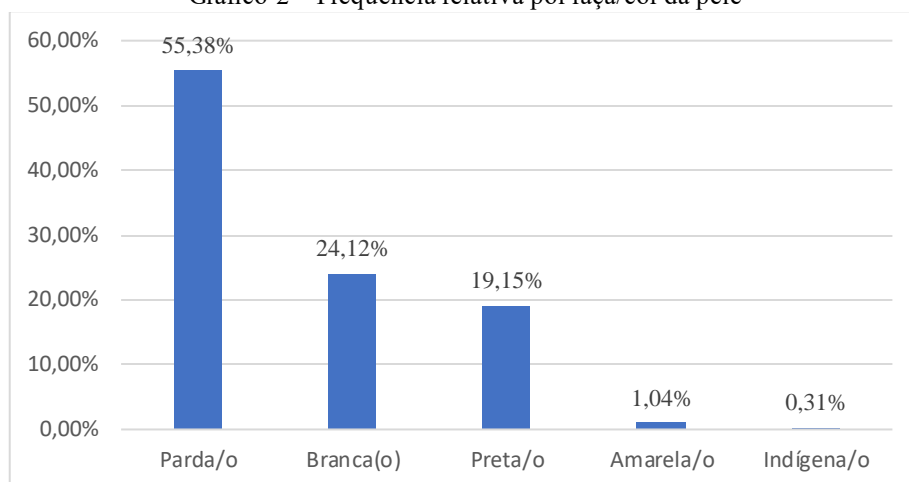
Fonte: autores com dados do NEVIM

Esse quantitativo expressivo de maior participação de mulheres na pesquisa corrobora com o distanciamento e reduzido interesse do público masculino na discussão e mobilização em relação a políticas de enfrentamento à violência, uma vez que a pesquisa teve caráter voluntário. Em uma rápida análise, esse desinteresse masculino pela pauta é porque cultural e socialmente eles não se sentem responsáveis por essas violências tanto simbólicas quanto físicas. Um estudo recente de Einhardt e Sampaio (2020), que entrevistaram homens sobre a violência que cometeram contra mulheres, na tentativa de compreender os atos violentos, apontou que todos eles “justificavam” a responsabilidade a terceiros e outros fatores, como por exemplo, a ingestão exagerada de álcool, ciúmes excessivos, não aceitação do fim do relacionamento, comportamentos da própria mulher por ser uma “ofensa” à masculinidade e controle, impulsividade, ou seja, até o agir sem pensar também aparece como justificativa ao ato violento. Esses homens, autores de violência, interligam suas ações violentas com uma mera reação impulsiva.

Esse é um padrão de masculinidade que institui o sexo masculino como “um ser” que “pode” responder aos problemas cotidianos de forma violenta e, após o arrependimento, argumentar que tal atitude foi um impulso e ser socialmente perdoado porque “homem é assim”, e essa performance masculina continua sendo predominante em nossa contemporaneidade fazendo com que eles continuem “confortáveis” e se abstendo de participar de discussões de violência de gênero.

Ademais a maioria dos participantes são jovens, 41,4% possuem entre 21 a 24 anos, além disso 74,53% são negros, 24,12% brancos, 1,04 % amarelos e 0,31% indígenas. Como pode ser verificado no gráfico 2.

Gráfico 2 – Frequência relativa por raça/cor da pele



Fonte: autores com dados do NEVIM

Nesse aspecto é importante ressaltar o impacto da interseccionalidade dos marcadores sociais em que se entrelaçam as opressões de classe (capitalismo), de raça (racismo) e de gênero (patriarcado) e sofrem, a um só tempo, uma tripla opressão. Sueli Carneiro (2011) destaca o cruzamento das opressões de gênero e raça no Brasil, onde as mulheres negras enquanto coletividade se encontram na base da pirâmide social, são o grupo mais oprimido (por homens brancos e negros, ricos e pobres, por mulheres brancas, ricas e pobres), mais mal remunerada e mais vulnerabilizado socialmente.

Em termos geográficos, nesta pesquisa houve participação de todos os *campis* da UESPI, em 12 municípios do Piauí, de Norte a Sul, o que permite uma visualização ampla das demandas em diferentes realidades socioculturais, para além do contexto da capital do Estado, Teresina. Apesar do acesso a todos os municípios houve um número maior de participação de estudantes do Campus Poeta Torquato Neto, localizado em Teresina, por ter a maior quantidade de Centros Acadêmicos e oferta de cursos, seguido pelos Campus de Picos, localizada no Sul do Estado e Parnaíba, no norte e litoral, com o quantitativo de 15,7% e 11,9% respectivamente, dos respondentes do formulário. Nesse sentido, é importante mencionar que a diferença de participação entre os Campus também é influenciada pela quantidade de estudantes em cada um desses municípios, bem como pela distância da capital onde o Núcleo encontra-se instalado (tabela 1).

Tabela 1 – Frequências absolutas (n) e relativa (%) por campus

Campus	n	%
Campus Poeta Torquato Neto – Teresina	269	27,85%
Campus Prof. Barros Araújo – Picos	149	15,42%
Campus Prof. Alexandre Alves de Oliveira – Parnaíba	115	11,90%
Campus Dra. Josefina Demes – Floriano	85	8,80%
Campus Clóvis Moura – Teresina	77	7,97%
Centro de Ciência da Saúde (CCS)- Teresina	65	6,73%
Campus Heróis do Jenipapo – Campo Maior	47	4,87%

Campus Prof. Antônio Giovanni Alves de Sousa – Piripiri	38	3,93%
Campus Dep. Jesualdo Cavalcanti – Corrente	32	3,31%
Campus Dom José Vasquez Dias- Bom Jesus	30	3,11%
Campus Possidônio Queiroz – Oeiras	28	2,90%
Campus Prof. Ariston Dias Lima – São Raimundo Nonato	24	2,48%
Campus Uruçuí – Uruçuí	7	0,72%
TOTAL	966	100,00%

Fonte: autores com dados do NEVIM

3.2 RECONHECIMENTO DAS VIOLÊNCIAS E/OU SITUAÇÕES VIVIDAS

Quanto ao reconhecimento das violências e/ou situações vividas, 29% dos participantes relataram que já vivenciaram ou presenciaram entre uma ou mais vezes situações de assédio, violência física, psicológica, patrimonial, moral ou sexual sendo praticadas contra mulheres no contexto da Universidade e 3% indicaram essa prática como recorrente. Por outro lado, 7% dos participantes informaram não saber responder ao questionamento e 61% informaram que nunca vivenciaram ou presenciaram situações de violência contra mulheres.

Esse dado deve ser analisado juntamente com a informação obtida no gráfico a seguir, o qual demonstra que ao serem questionados sobre o tipo de violência que percebem ocorrer com maior frequência no contexto universitário, 37,2% dos alunos explanaram que não sabiam responder. Além disso, os participantes apontaram violência sexual e assédio, seguido por violência psicológica e violência moral como os tipos de violência contra mulheres mais comuns no contexto universitário.

Tabela 2 – Frequências absolutas (n) e relativa (%) da maior frequência de violência na UESPI

Maior frequência de violência na UESPI	n	%
não sei responder	360	27,09%
Violência psicológica	314	23,63%
Violência sexual ou assédio	312	23,48%
Violência moral	302	22,72%
Violência física	23	1,73%
Violência patrimonial	18	1,35%
TOTAL	1329	100,00%

Fonte: autores com dados do NEVIM

Esses dados demonstram que ainda há dificuldade no reconhecimento das violências de gênero. Entende-se que denominar atos como tipos de violências contra mulheres ainda é uma dificuldade inclusive para aquelas que vivenciam essa realidade, contribuindo para a subnotificação de casos de violência e a perpetuação do assédio, o qual é frequentemente naturalizado ou justificado por critérios misóginos ou pela culpabilização da vítima (Lima; Ceia, 2022). A universidade não é descolada da sociedade na qual estamos inseridas (os), infelizmente há reprodução de comportamentos

violentos em seu contexto, além disso existem estruturas hierárquicas, dinâmicas permissivas e sexistas que criam um âmbito de hostilidade e culpabilização das vítimas, e a naturalização da violência tantos nos relacionamentos afetivos como de hierarquia com os professores e chefes.

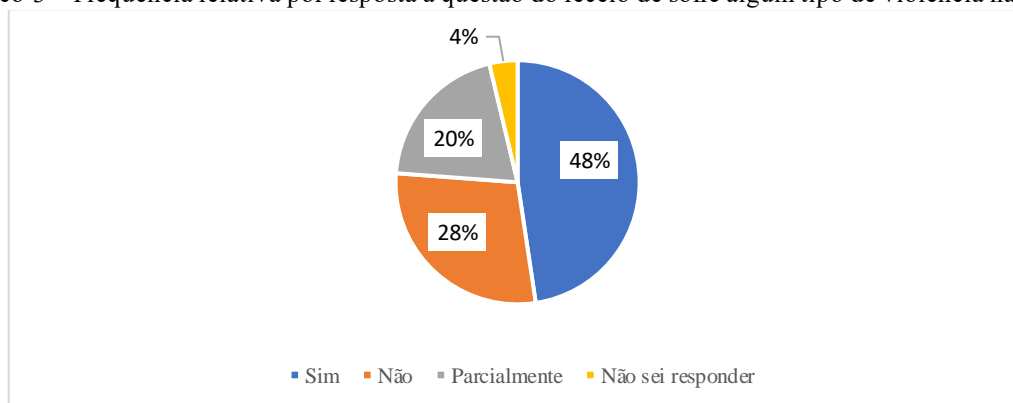
Para Almeida (2017) trotes violentos, assédios, estupros e desqualificação intelectual são exemplos de violências perpetradas por homens - membros ou não da comunidade - as quais estudantes, docentes, servidoras e trabalhadoras terceirizadas enfrentam no cotidiano universitário e tais violências nos espaços universitários geralmente são tidas como simples brincadeiras corriqueiras, de conteúdo ambíguo, mas sem intenção de qualquer tipo de constrangimento. Essas violências geram não apenas consequências negativas sobre a formação acadêmica, a carreira profissional e saúde mental das mulheres, mas também ocorre uma preocupação com a repercussão dos casos de violência e sobre a sua própria reputação e a carreira dos acusados, as mulheres não chegam a fazer denúncias ou procurar ajuda.

Na pesquisa de Lima e Ceia (2022), um ponto recorrente que apareceu entre as estudantes entrevistadas, foi que apesar de reconhecerem-se como mulheres privilegiadas e com acesso à informação, confiantes e independentes têm uma dificuldade maior em lidar com a falta de controle que representa a violência e tendem, por isso, a negar para si próprias o fato de que as experiências pelas quais passaram nos muros da Universidade constitui, sim, uma violência. Negam esse fato, pela vergonha, medo de terem suas carreiras profissionais arruinadas e questões relacionadas à reputação das instituições de ensino superior, que não querem manchar seus nomes com dados que revelem a existência de um ambiente hostil e violento para as mulheres e tais fatores dificultam diretamente a responsabilização do agressor.

3.3 SENSACÃO DE SEGURANÇA

Ademais, quando questionados sobre sensação de segurança, 48% dos respondentes informaram que possuem receio de sofrer algum tipo de violência de gênero no contexto universitário, como pode ser verificado no gráfico 3:

Gráfico 3 – Frequência relativa por resposta a questão do receio de sofrer algum tipo de violência na UESPI

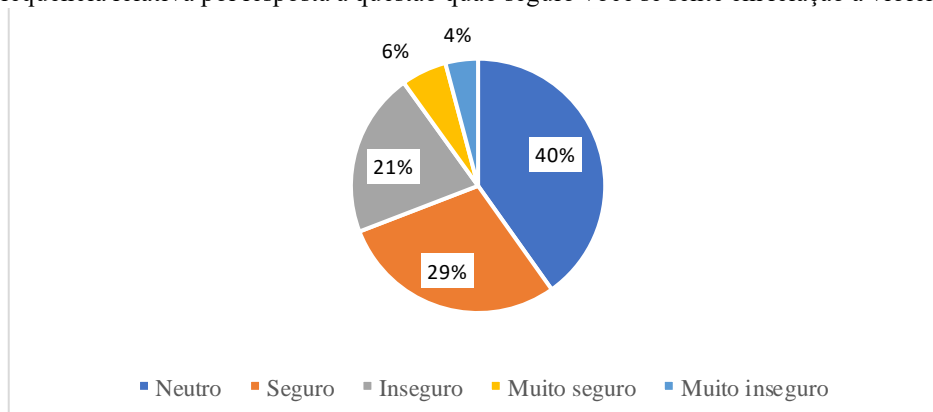


Fonte: autores com dados do NEVIM

Aqui demonstra-se a existência de um contexto de insegurança para as mulheres no ambiente acadêmico. Desse modo, é necessário ressaltar que o ensino superior é parte fundamental na estruturação de uma sociedade com equidade de gênero, porém a sensação de insegurança é um empecilho para que grupos vulneráveis permaneçam na universidade e tenham as mesmas condições de ensino e saber científico.

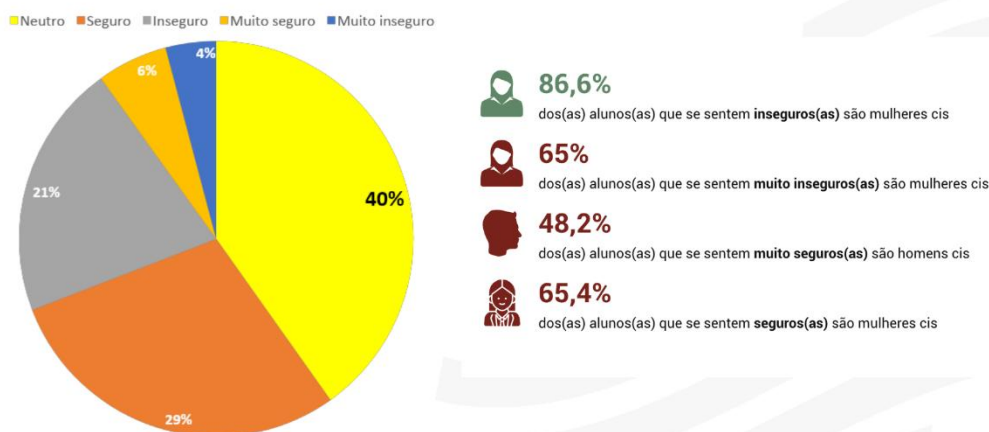
Adicionalmente, apenas 25% dos alunos relatam sentirem-se inseguros ou muito inseguros, enquanto 40% responderam sentir-se neutros quanto à segurança no ambiente universitário. Esse dado apresenta uma aparente percepção de segurança positiva, entretanto, dentre o quantitativo de estudantes que informaram sentir-se inseguros 86,6% são mulheres cis, como podemos observar no Gráfico 4 e Figura 1, respectivamente.

Gráfico 4 – Frequência relativa por resposta a questão quão seguro você se sente em relação a violência de gênero?



Fonte: autores com dados do NEVIM

Figura 1 - Frequência relativa de respostas à questão com recorte de gênero



Fonte: autores com dados do NEVIM

Essa informação evidencia o quanto os papéis de gênero influenciam em relação ao âmbito da segurança, em outras palavras, mesmo ocupando o mesmo espaço físico, mulheres sentem-se mais vulneráveis a diversos tipos de violência em comparação aos homens. Nesse ínterim, isso ocorre porque a universidade também está inserida nos mecanismos sociais e torna-se um ambiente de reprodução de comportamentos e discursos violentos, bem como de estruturas hierárquicas de poder, as quais podem auxiliar na manutenção de dinâmicas que naturalizam violências, culpabilizam vítimas e, conseqüentemente, desmotiva a realização de denúncias formais (Bellini; Melo, 2022).

O exercício de papéis masculinos de comportamentos hipersexualizados é projetado à esfera pública e controlado por aquilo que Segato (2006, p. 6) denomina de “fraternidade patriarcal”. Não basta ser homem, é necessário estar constantemente reafirmando aos outros homens que se é “digno” de pertencer à fraternidade. Esta estrutura social sexista exige que o homem tenha comportamentos de assédio, violência e virilidade para com mulheres que circulam pelos espaços públicos e desafiam a ordem de valores. E a manutenção dessa dominância masculina através do medo, muitas mulheres silenciam.

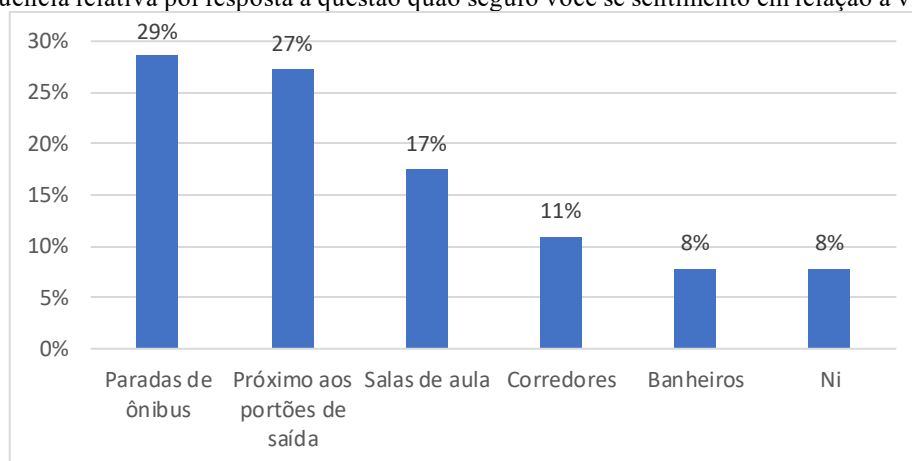
Por conseguinte, nossa pesquisa também apontou que os locais em que os estudantes mais sentem insegurança são paradas de ônibus, próximo aos portões de saída, com as respectivas porcentagens de 29% e 27% das respostas, evidenciando o problema como questão de segurança pública, sendo fundamental que medidas de segurança, normativas e punitivas sejam tomadas para enfrentar e acabar com a violência nos campi universitários. De acordo com o estudo de Ávila (2022) o assédio por desconhecidos nas paradas de ônibus, durante a noite, quando as alunas estão isoladas e em ambiente pouco iluminado, episódios de violência onde após o término de namoro o homem passa a perseguir a ex-namorada no ambiente universitário e ao seu redor, em algumas situações com a segurança universitária tendo presenciado episódios e deixado de tomar providências, bem como

assédio sexual praticado por próprios funcionários terceirizados de segurança, trotes praticados por homens contra mulheres com conteúdo de assédio sexual e de exposição da intimidade sexual das calouras, assédio sexual de alunos contra alunas no interior de banheiros femininos são recorrentes no rol das denúncias. Porém, mesmo quando resolvem denunciar, as mulheres relatam falta de acolhimento pelos órgãos de segurança universitária e até das instituições policiais. E diante da revitimização, muitas abandonam os cursos.

Segundo o relatório publicado pelo Gender-Based Violence, Stalking And Fear Of Crime (2012) as principais razões para não reportar os casos à polícia são similares àqueles referentes a casos de estupro fora das universidades, como medo de não ter provas suficientes, de serem desacreditadas e tratadas mal pela polícia, medo do tratamento durante as investigações e durante o julgamento.

Outro ponto a ser analisado em nossa pesquisa, é de que 17% das respostas indicaram as salas de aulas como o terceiro local em que os estudantes mais se sentem inseguros.

Gráfico 5 – Frequência relativa por resposta a questão quão seguro você se sentimento em relação a violência de gênero



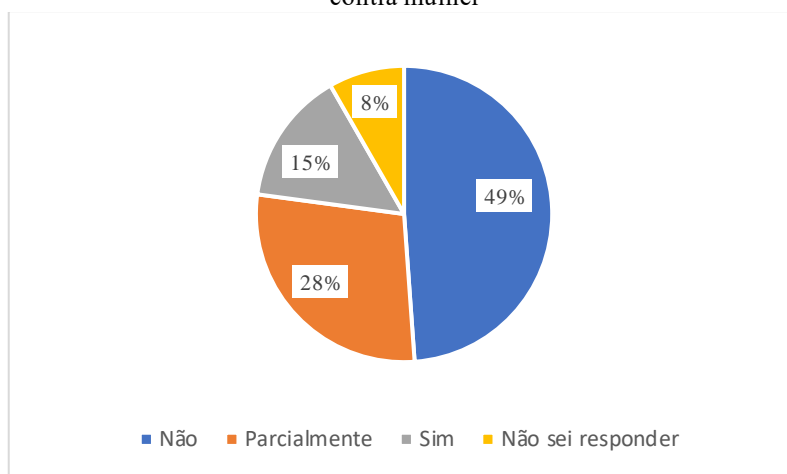
Fonte: autores com dados do NEVIM

Aprofundando esse resultado, foi verificado que 68,04 % das mulheres, entre elas cis e trans, sentem-se inseguras em salas de aula. Ávila (2022), apontou em seu estudo que esses altos índices de sensação de insegurança e receio dentro da sala de aula se dá por certos comportamentos como a humilhação de alunas por professores em razão de terem dúvidas sobre a matéria, em cursos de ciências exatas, associando a dificuldade de aprendizado com a condição feminina; assédio sexual de professores contra alunas, que ficam com receio de reagir diante da relação de poder e o medo de serem perseguidas nas notas; desconsiderar seus posicionamentos e opiniões, bem como interrompê-las constantemente e críticas de professores durante as aulas às mulheres que se organizam para defender seus direitos.

3.4 PONTOS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA

A pesquisa realizada apontou que 48,7% acreditam que as discussões e projetos sobre a pauta da violência contra a mulher são insuficientes, enquanto 28,6% acreditam que as atividades acontecem de forma parcial, seguidos de 8,1 % que não souberam responder e 14,6 % de respondentes entendem que as discussões e projetos são suficientes no debate da pauta, como apresentado no gráfico 6:

Gráfico 6 – Frequência relativa por resposta a questão sobre a suficiência de discussões e projetos na pauta da violência contra mulher



Fonte: autores com dados do NEVIM

A falta de iniciativas de enfrentamento também é associada a uma carência de formação e conscientização entre os docentes e gestores universitários. De acordo com Silva e Rocha (2021), embora algumas universidades adotem protocolos de acolhimento para vítimas de violência, esses mecanismos não são amplamente conhecidos ou acessados, o que reflete a ausência de um compromisso real com a mudança estrutural. Por sua vez, a resistência de certos setores da comunidade acadêmica em debater questões relacionadas ao feminismo e à equidade de gênero ainda se mantém, o que prejudica o avanço de discussões mais profundas sobre o tema (Barbosa, 2020). A falta de debate e de estratégias institucionais eficazes pode ser atribuída, entre outros fatores, à naturalização da violência de gênero na sociedade, que acaba sendo replicada dentro do espaço acadêmico. A ausência de uma abordagem constante e estruturada também impede a criação de ambientes seguros para as mulheres, que muitas vezes se sentem desamparadas em relação a abusos e assédios no campus.

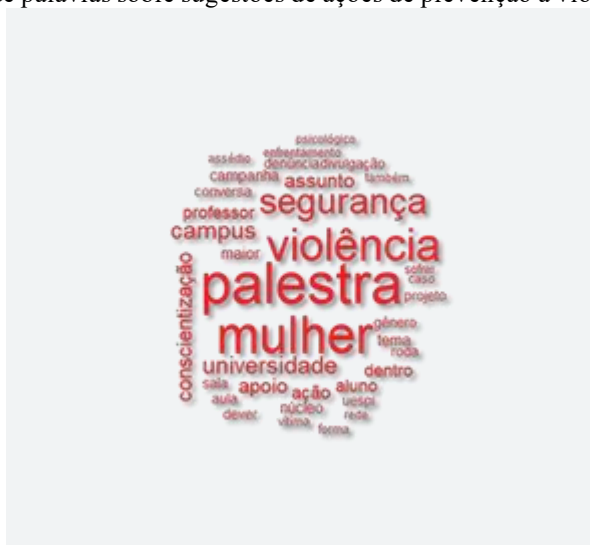
Destarte, sobre os pontos de enfrentamento à violência de gênero, a pesquisa apontou que 56,52% dos estudantes universitários não conhecem a rede de proteção à mulher, seguido por 27% que conhecem parcialmente. Nesse sentido, percebe-se que mesmo em ambientes que envolvem o ensino e a aprendizagem, como o contexto universitário, que possibilita o extenso acesso a informações e direitos, boa parte dos estudantes não possuem informação necessária para efetivar seus direitos em

relação ao enfrentamento à violência contra a mulher. Portanto, evidencia-se a importância de investimentos em projetos como o Núcleo de Enfrentamento à Violência contra a mulher, o qual vincula de forma efetiva a articulação junto à rede de políticas públicas do Estado ao ambiente acadêmico, contribuindo para a produção do conhecimento científico alinhado às demandas sociais, bem como pode ser uma estratégia útil para a divulgação e oferta eficaz e acessível dos programas já existentes na rede estadual, uma vez que cada componente do contexto universitário poderia atuar como sujeito ativo na construção e popularização das políticas públicas.

Quanto ao conhecimento sobre o Núcleo de enfrentamento à violência contra a mulher da UESPI, 76% informaram que ainda não tinham ouvido falar sobre, enquanto 20% informaram que conhecem ou conhecem parcialmente, além de 7% que informaram desejar conhecer mais. Esses dados refletem a necessidade de maior divulgação do serviço oferecido pela Universidade descentralizando o acesso para outros municípios do estado, os quais são a maior parte dos que informaram não conhecer. Além disso, percebe-se como positivo o alcance de 20% do público-alvo em menos de 8 meses de lançamento do núcleo, quando as respostas foram encerradas.

O último item do questionário caracterizava-se por uma pergunta aberta, para que os alunos sugerissem ações ou sugestões de atuações para prevenir a violência contra mulheres na universidade. A partir desse questionamento, percebeu-se a repetição de palavras com sentido associado especialmente palestra e conscientização para a maiores debates e discussões sobre o problema, ao apoio a mulheres vítimas de violências, seguido por termos associados à segurança pública e estrutural da Universidade.

Figura 2 – Nuvem de palavras sobre sugestões de ações de prevenção a violência contra mulher



Fonte: autores com dados do NEVIM

Figura 3 – Análise de similitude das palavras no resposta aberta.



Fonte: autores com dados do NEVIM

A partir da análise das palavras mais apontadas pelos estudantes, realizada com o software Iramuteq, percebe-se a necessidade de debates referente ao enfrentamento à violência contra as mulheres nas universidades, o qual é um problema significativo e persistente em muitos contextos acadêmicos. A ausência de discussões sistemáticas sobre a temática, aliada à insuficiência de políticas institucionais e à escassez de ações pedagógicas que tratem diretamente dessa questão, contribui para a invisibilidade da violência de gênero nos ambientes universitários, inclusive do não reconhecimento das violências. Neste sentido, através da análise de similitude, foi possível agrupar as respostas em 4 (quatro) grupos/“clusters”, conscientização presente em 32,6%, enfrentamento em 31%, apoio 18,8% e segurança (vigilância) em 17,6% das respostas analisadas. A análise da similitude nos aponta para às expectativas dos discentes na solicitação de mais atividades de conscientização e enfrentamento, como palestras, rodas de conversa e a inserção da discussão de gênero em disciplinas, também versam sobre a falta de apoio em casos de violência na universidade principalmente dos próprios professores e coordenadores que deveriam ter a responsabilidade de dar todo suporte e fazer os encaminhamentos necessários para a resolução dos casos. Por fim, solicitam mais segurança tanto privada, dentro da Universidade, quanto pública, ao redor dos campi, principalmente perto dos locais onde se sentem mais inseguros, no caso das mulheres, nos banheiros e corredores, e no geral, ao redor e nas proximidades dos campi e pontos de ônibus.

Sobre a necessidade de criar mecanismos e práticas institucionais de repressão e prevenção das violências, bem como de apoio às vítimas, a violência contra as mulheres não é um fato social exclusivo das universidades brasileiras, mas também presente em universidades estrangeiras, porém nesse contexto, as universidades brasileiras destacam-se as iniciativas em criar: coletivos de mulheres; grupos de pesquisa e comissões disciplinares dedicados especificamente ao tema da violência de gênero; e núcleos de atendimento psicológico (Almeida, 2017). Coker *et al.* (2016) demonstram o impacto positivo de programas de enfrentamento e prevenção de violência de gênero baseados, em

intervenção empática e de escuta qualificada, é uma estratégia eficaz de apoio às pessoas que sofrem violência em algumas universidades, a pesquisa indicou que a violência de gênero reduziu significativamente.

Em relação a reivindicação de mais segurança pública aos arredores e dentro da Universidade, Bellini e Mello (2022) apontam sobre a importância de dados e canais que facilitem e encorajem a realização de denúncias, bem como confirmam a eficácia na literatura internacional em relação a medidas preventivas e paliativas como por exemplo acolhimento empático e suporte necessário pela equipe de segurança às vítimas associadas a ações normativas e punitivas.

4 CONCLUSÃO

Os desafios para o enfrentamento e superação das violências de gênero nas universidades que, interseccionadas às desigualdades de raça/etnia e classe, intensificam as opressões e sofrimentos ético-políticos, são múltiplos e plurais. Além de ser um problema social, também é de segurança pública, adotar políticas de gênero na academia significa, primeiramente, reconhecer que as desigualdades de gênero, raça/etnia e classe são realidade e produzem vulnerabilidade para que seja garantido o seu direito de ir e vir, permanecer e terminar seus cursos com segurança e tecer possibilidades para a efetivação do respeito, da autonomia e da liberdade.

Nesse contexto, a construção de políticas de enfrentamento às violências de gênero, notadamente em nossa pesquisa, a violência/assédio sexual, implica em mobilizar também a estrutura administrativa e política da Universidade, em direção ao reconhecimento da equidade de saberes, de vozes e de vidas, para garantir que as universidades cumpram seu papel de promoção da igualdade de gênero e enfrentamento da violência. O enfrentamento do assédio no contexto universitário demanda que a academia amplie as interlocuções com outras instituições, serviços e movimentos da sociedade (como as Delegacias da Mulher, o Ministério Público, Defensoria, os Centros de Referência da Mulher, os equipamentos de proteção social básica, os movimentos feministas, os Conselhos de Direitos etc.), atuando em rede e de modo integrado com sua comunidade interna e externa, e o Núcleo de Enfrentamento à Violência contra a Mulher - NEVIM tem sido esse ponto de articulação e comunicação com a Rede de proteção quando as possibilidades de acompanhamento se cessam dentro da universidade.

Outro ponto bastante visível em nosso resultado na percepção de segurança dos discentes da UESPI, foi em relação à falta de policiamento e segurança aos arredores dos portões de saída e pontos de ônibus dos *campis*, pois a pouca iluminação também gera medo e insegurança em homens e mulheres. Porém em relação às mulheres, a grande maioria diz sentir medo de assédio e violência

dentro dos muros da UESPI em salas de aula, banheiros e corredores o que abre brechas para uma mudança estrutural e traga mais segurança à essas discentes. Portanto, para além de uma mudança estrutural, também é necessário uma educação para mudança cultural e organizacional, com adequada preparação também dos seguranças da universidade para acolherem de forma humanizada as denúncias de assédios às alunas, a fim de que elas não sejam expostas a situação de maior risco de retaliações ao denunciarem as violências sofridas, devendo haver adequado treinamento para que todos os integrantes da comunidade acadêmica saibam quais são os valores institucionais e como agir diante de uma notícia de violência sexual de forma acolhedora com a vítima.

Analisou-se também, a necessidade que a universidade adote posturas mais proativas, com políticas claras de prevenção e enfrentamento, além de promoverem debates, campanhas e ações educativas que envolvam toda a comunidade acadêmica, criando uma cultura de respeito, empatia e igualdade. Esses espaços devem servir como multiplicadores de boas práticas e como modelos para a sociedade em geral, contribuindo para a mudança de mentalidade em relação à violência contra as mulheres. O Núcleo de Enfrentamento à Violência contra a Mulher - NEVIM já realiza esse trabalho de ações educativas em vários centros e cursos, porém, esse processo também inclui a formação de docentes e discentes sobre as questões de gênero até a implementação de mecanismos de denúncia acessíveis e eficazes. O desafio agora é integrar essas ações de maneira contínua e transversal, para que o combate à violência contra as mulheres não seja apenas um tema pontual, mas uma constante na vida universitária.

Em síntese, destacamos que o trabalho que o Núcleo de Enfrentamento de Violência contra a Mulher - NEVIM, que é uma parceria entre a UESPI e a Secretaria de Segurança Pública do Piauí, tem entregado resultados positivos transformadores e inovadores e representa a efetiva construção de uma política pública integrada como a problemática demanda. Fazendo-se assim necessário a continuidade, bem como o fortalecimento do Núcleo para que seja mais conhecido nos campi do interior do Estado, e com mais valorização e recursos continue construindo e efetivando mais políticas a fim de que a Universidade Estadual do Piauí fique livre de assédio e violência contra as mulheres e se torne um exemplo nacional, referência a ser seguida por outras Universidades do Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. Gênero e violência nas universidades: um olhar sobre a formação acadêmica e os desafios para a efetivação de políticas públicas. Editora da Universidade.
- ALMEIDA, C. Violências contra mulheres nos espaços universitários. In: STEVENS, Cristina et al. (org.). Mulheres e violências: interseccionalidades. Brasília: Technopolitik, 2017, p. 384-399.
- ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA / Fórum Brasileiro de Segurança Pública. – 1 (2024)- . – São Paulo: FBSP, 2024. 404 p.: il.
- ÁVILA, P. Violência Sexual no Ambiente Universitário: análise a partir da experiência de uma audiência Pública no Distrito Federal. In: Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino- americanas / organizador: Tânia Mara Campos de Almeida, Valeska Zanello - Brasília: OAB Editora, 2022.
- BARBOSA, P. “A resistência ao feminismo no ambiente acadêmico.” Cadernos de Ciências Sociais, 2020.
- BELLINI, G.; MELLO, R. As Contribuições Científicas Para a Prevenção e Superação da Violência De Gênero nas Universidades. In: Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino- americanas / organizador: Tânia Mara Campos de Almeida, Valeska Zanello - Brasília: OAB Editora, 2022.
- CARNEIRO, S. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- COKER, A. *et al.* Multi-College Bystander Intervention Evaluation for Violence Prevention. American journal of preventive medicine, v. 3, n. 50, p. 295- 302, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.amepre.2015.08.034>. Acesso em: Janeiro de 2025.
- EINHARDT, A; SAMPAIO, S. Violência doméstica contra a mulher — com a fala, eles, os homens autores da violência. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 138, p. 359-378, maio/ago. 2020.
- FIGUEIREDO, S.; SILVA, A. A violência contra a mulher nas universidades: O que as políticas públicas não estão dizendo. Revista Brasileira de Educação e Pesquisa Social, 24(3), 45-61, 2017.
- GENDER-BASED VIOLENCE, STALKING AND FEAR OF CRIME, Bochum, 2012. Disponível em: http://www.gendercrime.eu/pdf/gendercrime_final_report_printable_version.pdf . Acesso em: Janeiro de 2025.
- HERNANDEZ, R.; BARRAZA, R. Violencia de género en instituciones de educación superior. Dilemas contemp. educ. política valores; v. 8, n. especial 1, p.1-9, 2021.
- INSTITUTO AVON/DATA POPULAR. Violência contra a mulher no ambiente universitário. São Paulo: Instituto Avon, 2015.
- JÚNIOR, C; BRITO, A. Bases introdutórias de iniciação científica em saúde na escolha do método de pesquisa. Revista Brasileira de Ciências da Saúde, João Pessoa, ano 9, n. 23, p. 64-72, jul./set. 2011.

LIMA, M.; CEIA, M. Violência De Gênero nas Universidades: um panorama internacional do problema. In: Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas / organizador: Tânia Mara Campos de Almeida, Valeska Zanello - Brasília: OAB Editora, 2022.

ROMERO, M. Caso Janaína Bezerra: Júri condena acusado a 18 anos de prisão por estupro e assassinato na UFPI. g1 PI, Teresina, 30 de Setembro de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2023/09/30/caso-janaina-bezerra-juri-condena-thiago-mayson-a-18-anos-de-prisao-por-estupro-e-assassinato-de-estudante-na-ufpi.ghtml>. Acesso em: 28/10/2024.

SEGATO, R. Que és Feminicídio: notas para un debate emergente. Série Antropológica do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, n. 401, p. 1-11, 2006.

SOUZA, M. “A invisibilidade da violência de gênero nas universidades brasileiras.” Revista Brasileira de Estudos de Gênero, 2019.

SILVA, F; ROCHA, K. “Desafios na implementação de políticas de acolhimento para vítimas de violência de gênero no ambiente universitário.” Revista de Psicologia e Educação, 2021.

TRIVIÑOS, A. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

ZANELLO, Z; RICHWIN, I. (2022). ASSÉDIO SEXUAL NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: uma análise sociogêndrada das emoções e das subjetividades na transferência entre alunas assediadas e professores assediadores. In: Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino- americanas / organizador: Tânia Mara Campos de Almeida, Valeska Zanello - Brasília: OAB Editora, 2022.